

Referências e leitura complementar

- CALHOUN, C. *Nations Matter: Culture, History and the Cosmopolitan Dream*. London: Routledge, 2007.
- FUKUYAMA, F. *The End of the History and the Last Man*. London: Hamish Hamilton, 2006 [1992].
[Ed. Bras.: *O fim da história e o último homem*. São Paulo: Rocco, 1992.]
- HELD, D. *Models of Democracy*. 3.ed. Cambridge: Polity, 2006.
[Ed. Bras.: *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paideia, 1987.]
- LUPU, N.; STOKES, S. Democracy, interrupted: regime change and partisanship in Twentieth-Century Argentina, *Electoral Studies*, 29(1), mar. 2010, p.91-104.

ESTADO-NAÇÃO

Definição prática

Combinação de uma grande **comunidade** (nação) e uma forma (Estado) territorial e política, criando uma entidade político-cultural, hoje a "unidade de sobrevivência" mais difundida no mundo.

Origens do conceito

Aparentemente, o Estado-nação é a entidade político-cultural normal, até natural, do mundo moderno. Mas, como todo fenômeno social, é possível traçar a história dos Estados-nação. A maioria dos acadêmicos concorda que o Estado-nação moderno é relativamente recente, remontando ao final do século XVII e início do XVIII. Entre os séculos XV e XVIII, a Europa era governada por monarquias absolutistas e constitucionais que haviam absorvido diversas unidades políticas menores a fim de produzir menos Estados, porém mais fortes, os quais coexistiam em uma batalha competitiva por poder. Esse sistema de Estados soberanos gerou a concepção westphaliana da lei internacional (1648), baseada no direito dos Estados de se autogerir e cujas disputas interestaduais eram legitimamente decididas pela força.

O sistema westphaliano fincou os alicerces da transição para o Estado-nação moderno, o que fora prenunciado pela Revolução Inglesa de 1640-88 e pela Revolução Francesa de 1789, marcando simbolicamente o fim das relações sociais feudais. No entanto, foram as demandas da **industrialização** que criaram a necessidade de um sistema de governo e administração mais eficaz e, como a base da **sociedade** não era mais o vilarejo ou povoado local, mas sim uma unidade muito mais ampla, a **educação** em massa e um sistema educacional planejado baseados em um "idioma oficial" se tornaram os principais meios pelos quais uma sociedade em grande escala poderia ser organizada e mantida unida. Entende-se que os Estados-nação passaram a predominar por terem obtido um monopólio sobre os meios legítimos de tributação e violência, o que lhes conferiu enorme poderio militar e a lealdade de grandes populações.

Significado e interpretação

Conceitos como nação, Estado-nação, nacionalismo e **identidade** nacional são alguns dos mais contestados e difíceis de estabelecer com clareza na Sociologia como um todo. Contudo, podem dar a impressão de serem muito simples. Por exemplo, uma nação é uma grande comunidade, enquanto um Estado é a forma política que garante a segurança da comunidade. Mas nações não são necessariamente culturas homogêneas que têm em comum o idioma, a história e as tradições. O Reino Unido, por exemplo, é um Estado-nação formado por Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte e possui diversos idiomas e tradições históricas diferentes. É ainda uma sociedade multicultural com mais culturas e tradições – portanto, os cidadãos britânicos são um grupo extremamente diversificado onde se falam diversos idiomas e se seguem inúmeras **religiões**.

Para Benedict Anderson (2006), as nações são "comunidades imaginadas", não "coisas" concretas, com grupos distintos ligados entre si por uma percepção ou imaginação daquilo que constitui a entidade cultural à qual sentem que pertencem. Só porque são "imaginadas", porém, não significa que não contenham realidade. Quando muitas pessoas agem

dentro de uma percepção de comunidade nacional, elas viabilizam uma identidade nacional compartilhada que as une.

O nacionalismo é, em alguns aspectos, bastante moderno, mas ele também se inspira em sentimentos e formas de simbolismo que são muito mais antigos. Segundo Anthony Smith (1986), as nações costumam ter linhas diretas de continuidade com comunidades étnicas anteriores, ou "etnias" – grupos que compartilham ideias de descendência comum, uma identidade cultural em comum e um vínculo com uma determinada terra natal. Na maior parte do oeste da Europa, desenvolveu-se uma única etnia, expulsando antigos rivais. Na França, até o século XIX, muitos outros idiomas eram falados e diferentes histórias étnicas estavam associadas a eles, porém o Estado francês obrigou as crianças em idade escolar a aprender exclusivamente o francês, e no início do século XX já era o idioma predominante. Alguns remanescentes ainda resistem, porém, como o basco, que não é nem francês, nem espanhol. Os bascos reivindicam uma história cultural separada e há quem defenda que eles deveriam ter seu próprio Estado-nação independente.

Aspectos controversos

Os sociólogos ficam mais satisfeitos em debater estados do que nações, dada, simplesmente, a enorme dificuldade de definir o conceito de nação. Entretanto, o conceito de Estado-nação também poderia ser considerado vago, já que existem diversos tipos de "nações sem Estados". Um Estado-nação pode aceitar diferenças culturais entre suas minorias e conceder-lhes certa porção de desenvolvimento ativo, como nos casos de Escócia e País de Gales dentro do Reino Unido como um todo. Em 1999, ambos conquistaram mais autonomia por meio do Parlamento Escocês e a Assembleia Galesa, respectivamente. Contudo, eles não são Estados independentes. Em Quebec (a província canadense cujo idioma oficial é o francês) e Flanders (região no norte da Bélgica, cujo idioma oficial é o holandês), os órgãos políticos regionais têm o poder de tomar grandes decisões sem, de fato, serem totalmente independentes. Algumas nações continuam não sendo reconhecidas pelo Estado-nação que as contém,

caso dos tibetanos na China, e dos curdos, cujas terras englobam partes de Turquia, Síria, Irã e Iraque.

Na maioria dos países do mundo desenvolvido, a trilha seguida pelo nacionalismo, pela nação e pelo Estado-nação foi diferente da trilha nas sociedades industriais. A maior parte dos países em desenvolvimento um dia foi colonizada por europeus e alcançou a independência durante a segunda metade do século XX. Mas as fronteiras nacionais foram acertadas de forma arbitrária e não levaram em consideração as divisões econômicas, culturais ou étnicas preexistentes. A maior parte das áreas colonizadas era um verdadeiro mosaico de grupos étnicos e outros grupos e, ainda que as colônias tenham alcançado a independência, foi muito difícil criar um senso de nacionalidade. Até hoje muitos estados pós-coloniais são seguidamente ameaçados por rivalidades internas e reivindicações conflitantes por **autoridade** política. As nações modernas surgiram com mais eficácia em áreas que nunca foram totalmente colonizadas ou onde já havia uma unidade cultural bastante significativa – como Japão, China, Coreia e Tailândia.

Relevância contínua

Poderíamos dizer que um dos principais fatores da mudança de identidade nacional hoje é a **globalização**, que cria pressões conflitantes entre centralização e descentralização. De um lado, a força das organizações comerciais e das unidades políticas (como corporações e organizações transnacionais) ficam mais concentradas, mas, por outro lado, existe uma pressão pela descentralização. Como resultado, a globalização cria uma ameaça dupla à identidade nacional: a centralização cria pressões de cima e a descentralização cria pressões de baixo. Alguns estudiosos previram o fim do Estado-nação como o principal ator na política internacional à medida que as forças da globalização criam um "mundo sem fronteiras", no qual o poder do Estado é minimizado em comparação com as forças de mercado. Ohmae (2007) se aprofundou na ascensão das economias regionais como a União Europeia e no modo como os Estados se comportam em relação a elas. Embora a regionalização não

tenha um sistema totalmente globalizado, ela sugere que os Estados-novos perderam o controle de funções econômicas fundamentais para os novos "Estados regionais".

Por outro lado, o colapso do comunismo soviético levou à criação de um número muito maior de nações independentes. Portanto, na verdade há muito mais nações soberanas no mundo hoje do que há trinta anos. Ainda é cedo demais para afirmar com o mínimo de certeza como o Estado-nação se sairá no século XXI, mas o impacto da globalização nos estados e identidades nacionais é uma área de crescente interesse na Sociologia. Para muitos, a internet promove a **cultura** global e, em princípio, também deveria contribuir para o desmembramento das identidades nacionais. Eriksen (2007), porém, em um trabalho fascinante, afirma que as "nações prosperam no ciberespaço". Justamente porque nações são "comunidades imaginadas" cujos membros conseguem manter presença na web, promovendo um senso de identidade nacional muito mais eficaz entre longas distâncias. Paradoxalmente, portanto, em uma era de comunicações globais e migração em massa, a internet facilita o fortalecimento, e não a destruição, das identidades nacionais.

Referências e leitura complementar

- ANDERSON, B. *Imagined Communities*. London: Verso, 2006.
[Ed. Bras.: *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.]
- ERIKSEN, T. H. Nationalism and the internet, *Nations and Nationalism*, 13(1), 2007, p.1-17.
- HELD, D. *Political Theory and the Modern State*. Cambridge: Polity, 1989, esp. cap.1.
- OHMAE, K. *The End of the Nation State: The Rise of Regional Economies*. London: Harper Collins, 2007.
- SMITH, A. D. *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford: Blackwell, 1986.

MOVIMENTO SOCIAL

Definição prática

Esforço coletivo de favorecer um interesse em comum ou assegurar um objetivo em comum, sobretudo por meio de ações externas à esfera das instituições tradicionais formais e políticas.

Origens do conceito

Durante a maior parte do século XX, os movimentos sociais foram considerados pelos sociólogos como um fenômeno bastante incomum, quicá irracional. Considerados como um tipo de comportamento coletivo, juntamente com tumultos, revoltas e revoluções, pareciam marginais à prática da Sociologia convencional. A Escola de Chicago transformou o estudo desses episódios de comportamento coletivo em uma área de especialidade de pesquisa a partir da década de 1920. Segundo Herbert Blumer (1969), os movimentos sociais são *agentes* de mudança social, não apenas *produtos* dela. Esse autor desenvolveu uma teoria sobre agitações sociais para analisar os movimentos sociais fora da política partidária formal. Neil Smelser (1962) representou as teorias funcionalistas na década de 1950: seu modelo de "valor agregado" identificou as etapas do desenvolvimento do movimento, sendo que cada etapa "agrega valor". Nos anos 1960 e 1970, uma nova onda de movimentos sociais mostrava outra faceta. Eles ficaram conhecidos em teoria como os "novos movimentos sociais", que se organizavam e atuavam de novas maneiras, exigindo assim novos tipos de análises. A trajetória dos estudos do movimento social na Sociologia tratou o tema inicialmente como marginalizado, chegando por fim a considerá-lo uma especialidade tradicional bem estabelecida.

Significado e interpretação

Os movimentos sociais são tentativas coletivas de modificar a **sociedade**. Os exemplos incluem movimentos trabalhistas e sindicalistas,